

Identificação do Projeto

Número: 2.03

Categoria: Métodos de Gestão

Título: Elaboração de Processo para Fiscalização de Contratos de TI

Entidade Gestora

Câmara dos Deputados - CD

Gerente do Projeto:

Carlos Constantino Moreira Nassur

E-mail:

carlos.nassur@camara.gov.br

Descrição do Projeto

Justificativa: De maneira geral, a fiscalização de contratos de TI não segue um rito padronizado, no qual as atividades desenvolvidas pelos fiscais sejam pré-estabelecidas. Assim, há espaço para a execução de procedimentos ad hoc, com reflexo negativos na obtenção dos produtos/serviços contratados.

Objetivo Gerais: Elaborar um processo capaz de padronizar a fiscalização de contratos de TI, mediante a criação de procedimentos que facilitem a fiscalização e, assim, que aumentem a eficiência e o controle sobre a execução dos contratos.

Objetivos Específicos: Desenvolvimento de um processo para apoiar a atividade de fiscalização de contratos de Tecnologia da Informação.

Estratégia: Será realizada pesquisa exploratória com os atuais responsáveis designados para realizar a fiscalização de contratos de TI com vistas na identificação das maiores necessidades. Feito isso, será realizada a modelagem do processo concomitantemente com a revisão da legislação e da literatura do tema.

Resultados Esperados

Descrição do Produto Global: Processo de fiscalização de contratos de TI aplicável aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Descrição dos Produtos a serem obtidos neste ciclo: Processo de fiscalização de contratos de TI aplicável aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Produtos esperados:

Processo

Portal/site na web

Cursos de capacitação

Qualificação de pessoas

Características do Projeto

Relevância: O projeto deverá criar melhores ferramentas para o controle da execução de contratos de TI que sejam úteis na detecção de falhas na execução do contrato, melhor adequação às normas legais, melhor divisão de trabalho entre os fiscais de contrato e que potencializem o alcance do objeto do contrato. Espera-se, assim, impor maior rigor na execução de contratos de TI firmados pela Administração Pública e que resultem na obtenção de melhores resultados.

As empresas contratadas, as que prestam serviços ou que fornecem produtos de TI à Administração, deverão ser submetidas ao processo durante a execução do contrato. É esperado que a relação entre contratante e contratada evolua e alcance melhores padrões, inclusive com a adoção de práticas internacionais.

Abrangência: Projeto de alcance nacional. O processo elaborado poderá ser adotado por toda Administração Pública, independentemente do Poder e Esfera.

Inovação: Não foi encontrado produto similar àquele que o projeto pretende elaborar.

Impacto: O projeto deverá consolidar em um único produto todas as determinações legais, recomendações normativas e de modelos de referência e as melhores práticas na execução de contratos. O produto final, o processo, poderá ser utilizado como modelo de referência e, assim, fomentar o desenvolvimento de melhores práticas e a capacitação de agentes na fiscalização de contratos.

Origem dos Recursos

Recursos: Somente próprios